

DECÁLOGO DOS DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS¹

- 1) O Brasil é uma sociedade plural, onde se respeitam todos os grupos étnico-culturais;
- 2) Cada grupo étnico-cultural constitui uma coletividade com modos próprios de fazer, criar e viver;
- 3) Esses grupos têm, em comum, uma relação especial com o território, relação esta que tem que ser protegida, porque indissociável da identidade;
- 4) O direito a manter essa relação com o território, porque de natureza fundamental, é de aplicação imediata;
- 5) Não é possível o deslocamento desses grupos de seus territórios tradicionais, salvo situação de absoluta excepcionalidade, garantido o seu retorno tão logo cesse a causa que o determinou;
- 6) Qualquer atividade a ser desenvolvida por terceiros, no âmbito desses territórios tradicionais, depende do consentimento informado do grupo;
- 7) A identidade do grupo apenas por este é definida (critério da auto-atribuição);
- 8) Não pode haver, num Estado plural, disputa por direitos identitários. Eventual controvérsia está limitada a alguns direitos conferidos em função da identidade;
- 9) A cultura, porque definida enquanto modo de viver, criar e fazer de um grupo, é um processo dinâmico, que se renova dia-a-dia. Acabam as categorias aculturado/selvagem, e nenhum grupo é obrigado a ficar imobilizado no tempo para ter direitos decorrentes de sua identidade/cultura;
- 10) O direito nacional, em face desses grupos, há de ser aplicado tendo em vista as suas especificidades, sendo assegurado aos seus membros que possam entender e fazer-se entender nas suas atuações políticas, jurídicas e administrativas.

Deborah Duprat
Coordenadora da Sexta Câmara da
Procuradoria Geral da República

¹ Fonte: Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Joaquim Shiraishi Neto, org. Manaus: uea, 2007.